

Estudos organizacionais e desenvolvimento sustentável: em busca de uma coerência teórica e conceitual
Organizational studies and sustainable development: towards a theoretical and conceptual coherence
Études organisationnelles et le développement durable: vers une coherence theorique et conceptuel
Estudios organizacionales y el desarrollo sostenible: hacia una coherencia teórica y conceptual

Luciano Munck*
Rafael Borim de Souza**
André Luis Silva***

Recebido em 2/3/2011 revisado e aprovado em 29/7/2011; aceito em 19/9/2011

Resumo: Por este artigo, intentou-se alcançar dois objetivos: (1) investigar e propor uma conceituação para o termo desenvolvimento sustentável que melhor dialogue com a área de estudos organizacionais; e, (2) apresentar uma contribuição teórica viabilizadora da aproximação relacional entre o desenvolvimento sustentável e os estudos organizacionais. Foram investigadas posturas epistemológicas e categorizações para o desenvolvimento sustentável, as quais foram unidas as contribuições da teoria do agir organizacional de Maggi (2006).

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável. Estudos organizacionais. Teoria do agir organizacional.

Abstract: This article has two objectives: (1) investigate and propose a definition for the expression sustainable development that better contribute to the organizational studies; and, (2) present a theoretical contribution that shows a link between sustainable development and organizational studies. Some epistemologies perspectives and some categorizations for the sustainable development have been researched, which have been related to the Maggi's (2006) theory of organizational act.

Key words: Sustainable development. Organizational studies. Theory of organizational act.

Résumé: Pour cet article, amené à atteindre deux objectifs: (1) étudier et de proposer un concept pour le développement durable à long terme qu'un meilleur dialogue avec le domaine des études organisationnelles, et (2) apporter une contribution théorique de l'approche relationnelle facilitateur du développement durable et des études organisationnelles. Postures épistémologiques et catégorisations pour le développement durable ont été étudiés, qui ont été les contributions de la théorie organisationnelle de l'action Maggi (2006).

Mots-clés: Développement durable. Études organisationnelles. Théorie organisationnelle de l'action.

Resumen: Este artículo tiene dos objetivos: (1) investigar y proponer un concepto de desarrollo sostenible a largo plazo que un mejor diálogo con el área de estudios organizacionales, y (2) hacer un aporte teórico del enfoque relacional facilitador del desarrollo sostenible y los estudios organizacionales. Posturas epistemológicas y clasificaciones para el desarrollo sostenible fueron investigados, que estaban juntos los aportes de la teoría de la organización de la acción Maggi (2006).

Palabras clave: Desarrollo sostenible. Estudios organizacionales. Teoría de la organización de la acción.

Introdução

A demasiada utilização do termo 'desenvolvimento sustentável' junto aos contextos organizacionais tem gerado confusões epistemológicas, paradigmáticas e teóricas

a seu respeito. Não são raros os estudos em que se encontra um conceito desvinculado do contexto sobre o qual a pesquisa foi desenvolvida. Sabe-se que o fenômeno em perspectiva é de interesse de muitas disciplinas, e, por essa razão, a disseminação de contribuições

* Vice-Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Administração e professor na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Professor na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Doutor em Administração pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: munck@uel.br

** Doutorando em Administração na linha de Administração de Tecnologia, Qualidade e Competitividade pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Paraná (PPGADM-UFPR). Mestre em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Maringá em Consórcio com a Universidade Estadual de Londrina (PPA-UEM /UEL). Especialista em Controladoria e Finanças pela PUCPR e em Gestão Empresarial pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EBAPE/FGV). Bacharel em Administração pela PUCPR. E-mail: rafaborim@yahoo.com

*** Doutorando em Administração pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo / Fundação Getúlio Vargas (EAESP/FGV). Mestre em Administração pelo PPA-UEM/UEL. Graduado em Processamento de Dados pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR). E-mail: emailspara@gmail.com

relacionadas aos seus preceitos tem se elevado gradativamente.

Quando relacionado aos estudos organizacionais, o desenvolvimento sustentável geralmente é tratado por abordagens radicais e isoladas, por meio das quais não é possível efetivar muitas considerações pluralistas. O monoculturalismo dos pesquisadores que têm abordado o tema em pesquisas organizacionais tem empobrecido o seu conceito e, muito mais, tem causado um atraso quanto as potenciais contribuições a serem geradas pelas ciências organizacionais.

Em face desse cenário, apresenta-se o presente artigo que tem dois objetivos principais a serem alcançados: (1) investigar e propor uma conceituação para o termo 'desenvolvimento sustentável' que melhor dialogue com a área de estudos organizacionais; e, (2) apresentar uma contribuição teórica viabilizadora da aproximação relacional entre o desenvolvimento sustentável e os estudos organizacionais.

Para tanto serão consideradas algumas posturas epistemológicas, as quais serão analisadas em conjunto com três categorizações para análise do construto desenvolvimento sustentável. Dessa análise se extrairão as características que devam estar presentes no conceito em investigação. Uma vez investigado um significado coerente para com as abordagens organizacionais, será proposta

uma relação entre ele e uma das teorias organizacionais. Optou-se pela escolha de apenas uma teoria para que esta possa ser apresentada de maneira coerente e relacionada por vias consistentes com o conceito do termo 'desenvolvimento sustentável'.

A fim de que o exercício de pesquisa em questão fique mais claro para o leitor, optou-se por estruturar o artigo em nove tópicos principais: introdução; metodologia; posturas epistemológicas para a definição do desenvolvimento sustentável; categorizações para análise do construto desenvolvimento sustentável; uma análise entre as posturas epistemológicas e as categorizações para análise do construto desenvolvimento sustentável; o conceito de desenvolvimento sustentável; a teoria do agir organizacional; a relação entre a teoria do agir organizacional e o desenvolvimento sustentável; e, considerações finais.

1 Metodologia

Foi realizado um ensaio teórico, qualitativo, exploratório e bibliográfico (MARTINS; THEÓPHILO, 2007). O quadro 1 elenca quais os principais temas em análise neste artigo, o que se desejou investigar em cada um deles, os principais autores que contribuíram em relação à análise deles e os procedimentos técnicos utilizados para abordá-los.

Temas	O que investigar?	Principais Autores	Procedimentos
Posturas Epistemológicas	Possíveis posturas epistemológicas que propiciem um melhor relacionamento entre o desenvolvimento sustentável e os estudos organizacionais	Denzin; Lincoln (2006) Martins; Theóphilo (2006) Schwandt (2006)	Pesquisa bibliográfica
Categorizações para Análise do Desenvolvimento Sustentável	Categorizações que classifiquem o desenvolvimento sustentável e o analisem por diferentes abordagens e qualificações.	Fergus; Rowney (2005) Gladwin; Kenelly; Krause (1995) Lélé (1991) Mebtratu (1998)	Pesquisa bibliográfica
Conceito de Desenvolvimento Sustentável	Um conceito que ofereça ao termo coerência para ser ele pesquisado nos estudos organizacionais	Gladwin; Kenelly; Krause (1995)	Pesquisa bibliográfica
A Teoria do Agir Organizacional	Uma teoria que viabilize a aplicação do conceito investigado nos estudos organizacionais	Maggi (2006)	Pesquisa bibliográfica

Quadro 1 – Estrutura de investigação temática e procedimentos de pesquisa

Fonte: elaborado pelos autores

2 Posturas epistemológicas para a definição do desenvolvimento sustentável

Nesta seção, serão abordadas discussões que englobem considerações sobre posturas epistemológicas que venham a auxiliar no processo de definição do termo 'desenvolvimento sustentável'. Ressalta-se que o que se investiga é um significado coerente com as proposições das ciências organizacionais.

De acordo com Denzin e Lincoln (2006), um paradigma é um conceito macro composto por quatro micro conceitos, a saber: a ética, a epistemologia, a ontologia e a metodologia.

A ética questiona: como serei enquanto pessoa moral no mundo? A epistemologia: como conheço o mundo? Qual a investigação entre o investigador e o conhecido? [...] A ontologia levanta questões básicas a respeito da natureza da realidade e da natureza do ser humano no mundo. A metodologia concentra-se nos melhores meios para a aquisição do conhecimento sobre o mundo. (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 163).

Desse conceito extrai-se a parte referida a epistemologia, mais em específico a pergunta: Como conheço o mundo? O que se intenta por essa seleção é investigar como o desenvolvimento sustentável, enquanto fenômeno de interesse aos estudos organizacionais pode assumir uma postura epistemológica coerente às pesquisas relacionadas às organizações.

Mediante esse recorte, incia-se uma investigação sobre o conceito do termo 'desenvolvimento sustentável' por três posturas epistemológicas apresentadas por Denzin e

Lincoln (2006) e Schwandt (2006): positivismo e empirismo lógico, interpretativismo e o construcionismo social.

Em sentido amplo a epistemologia é conceituada como o estudo metódico e reflexivo da ciência, de sua organização, de sua formação, do seu funcionamento e produtos intelectuais. O papel e a contribuição de uma instância epistemológica para a pesquisa podem ser considerados a partir de duas funções: por um lado, assume a condição de metaciência, porque vem após e diz respeito às ciências e, por outro, revela um caráter intracientífico e representa uma instância intrínseca à produção científica. Etimologicamente, epistemologia significa discurso (logos) sobre a ciência (episteme) (MARTINS; THEÓPHILO, 2007).

Em relação ao desenvolvimento sustentável, segundo Fergus e Rowney (2005), nota-se um discurso dominante, sobre o qual o mundo é objetivo, mensurável e compreensível. A verdade, portanto, se torna atingível por meio de metodologias já existentes e comunicadas por regras já institucionalizadas. Não existe espaço para o conhecimento baseado em uma visão subjetiva do mundo, na qual a intuição e a experiência do mundo natural representariam os principais elementos para a geração de novos conhecimentos. Para tanto se apresenta, no quadro 2, uma síntese das posturas epistemológicas mencionadas de acordo com Denzin e Lincoln (2006) e Schwandt (2006) e seus possíveis desmembramentos. Em seguida, uma análise de suas intersecções e divergências.

Positivismo e Empirismo Lógico	Os defensores do positivismo se mantêm fiéis à ideia de que a finalidade de qualquer ciência é oferecer explicações causais de fenômenos sociais, comportamentais e físicos. As filosofias do positivismo lógico e do empirismo lógico tinham como principal preocupação a reconstrução racional do conhecimento científico por meio da análise semântica e sintática de dois tipos de declarações científicas (as declarações que explicam, isto é, as teorias e as hipóteses, e as declarações que descrevem, ou seja, as observações). Para os positivistas as dimensões sociais, culturais e históricas da compreensão eram consideradas extracientíficas e, por isso, irrelevantes para qualquer relato epistemológico válido do que constitui o conhecimento científico genuíno e sua justificação. O empirismo lógico trabalhava a partir de uma concepção do conhecimento como representação correta de uma realidade independente, e seu interesse era, e é, quase que exclusivamente voltado à questão do estabelecimento da validade das alegações de conhecimento.
Filosofias Interpretativistas	<p>Identificação Empática. Essa postura interpretativista (também chamada de intencionalismo) descreve o que constitui o conhecimento histórico, encontrando-se também ao centro do que é conhecido como hermenêutica objetivista ou conservadora. Essas duas abordagens têm em comum a ideia geral de que é possível transcender as circunstâncias históricas, ou escapar delas, a fim de reproduzir o significado.</p> <p>Sociologia Fenomenológica. A análise fenomenológica interessa-se principalmente em compreender a constituição do mundo intersubjetivo, cotidiano. Dois instrumentos conceituais geralmente empregados nessa reconstrução são a indexicalidade e a reflexividade. A primeira indica que o significado de uma palavra ou enunciado é dependente de seu contexto de utilização. A segunda direciona a atenção para o fato de que os enunciados não são apenas sobre algo, mas também fazem algo; um enunciado compõe, em parte, um ato de fala.</p> <p>Hermenêutica Filosófica. Esta perspectiva desafia, de diversas maneiras, o retrato epistemológico cartesiano defendido pelas demais vertentes da filosofia interpretativista. Seus defensores sustentam que a compreensão não é, em primeiro lugar, uma tarefa controlada por procedimentos ou regras, mas, sim, justamente, uma condição do ser humano. A compreensão é a interpretação. Nessa perspectiva entende-se que a tradição não é algo externo, objetivo e pertencente ao passado, ela requer o engajamento das tendências do indivíduo. A compreensão é participativa, convencional e dialógica, assim, se assume uma visão não-objetivista do significado. Em outras palavras, o significado é negociado mutuamente no ato da interpretação, e não simplesmente descoberto.</p>
Construcionismo Social	Em um sentido quase imperceptível, todos os seres humanos são construtivistas, caso acreditem que a mente está ativa na construção do conhecimento. Na epistemologia contemporânea, esse senso comum do construcionismo é também chamado de perspectivismo. É a visão de que todas as alegações de conhecimento e a avaliação destas ocorrem dentro de um esquema conceitual através do qual o mundo é descrito e explicado. As filosofias do construcionismo social rejeitam a visão realista e ingênua da representação, mas geralmente avançam muito mais na negação de todo que qualquer interesse em uma ontologia do real.

Quadro 2 – As quatro posturas epistemológicas para a definição do desenvolvimento sustentável
 Fonte: SCHWANDT (2006, p. 195-202).

Essas posturas epistemológicas representam diferentes maneiras de como um fenômeno de pesquisa percebe o mundo a sua volta. Elas se aliam em alguns pontos, mas divergem completamente em outros.

A hermenêutica objetivista e a hermenêutica filosófica iniciaram-se como movimentos simultâneos na Alemanha, no início dos anos 1980. Nessa época, a pesquisa qualitativa era cada vez mais aceita como um processo contínuo de construção de versões

da realidade, bem por isso havia uma aceção nas pesquisas de uma mistura de gêneros, as quais caracterizavam os avanços científicos. Assim, diversos modelos e interpretações teóricas dos objetos e dos métodos resistiam lado a lado e, a partir deles, os pesquisadores assumiam o poder de escolher e comparar diferentes formas de se observar o mundo, tal como o interacionismo simbólico, a etnometodologia, a fenomenologia, a semiótica e o feminismo. Por esse contexto, as

'hermenêuticas' surgiram com o intuito de investigar se tais avanços teóricos poderiam ser vistos como modismos, tendências ou recomeços (FLICK, 2009).

Para a hermenêutica objetivista, também denominada de hermenêutica estrutural, as intenções subjetivas relacionadas às pesquisas são consideradas como irrelevantes, enquanto que para a hermenêutica filosófica o que interessa é a subjetividade da construção social do conhecimento (FLICK, 2009). A hermenêutica objetivista, então, compartilha de uma mesma epistemologia com o interpretativismo, ao passo que a hermenêutica filosófica rejeita completamente essa vertente (SCHWANDT, 2006).

A hermenêutica filosófica e as filosofias dos construcionistas sociais (assim como as abordagens desconstrucionistas, da teoria crítica e algumas feministas e neopragmáticas) têm precedentes no amplo movimento de afastamento do relato empírico, lógico atomístico, designativo, representacional do significado e do conhecimento (SCHWANDT, 2006). Os construcionistas rejeitam o positivismo e se preocupam em analisar a relação com a realidade ao tratarem os processos construtivos de suas abordagens (FLICK, 2009).

Os construcionistas sociais compartilham com a hermenêutica filosófica questões relacionadas à crítica geral do significado enquanto objeto, revelando uma afinidade com a noção do nascimento do significado. No entanto a similaridade termina nesse ponto. Embora seja construcionista em sua negação a uma teoria objetivista do significado, a hermenêutica filosófica confia no potencial da linguagem para revelar o significado e a verdade enquanto que os construcionistas sustentam que não existe nenhuma verdade em relação à questão da interpretação. Pela força da hermenêutica filosófica, alguns autores já a consideram um movimento separado da filosofia interpretativista. E pela persistência do positivismo, ele permanece como uma epistemologia isolada sem qualquer relacionamento com as demais posturas (DENZIN; LINCOLN, 2006; SCHWANDT, 2006).

Uma vez apresentadas essas posturas epistemológicas, passa-se para as categorizações para análise do construto desenvol-

vimento sustentável. Estas permitirão o encontro dos pilares fundamentais de um significado condizente com o propósito deste artigo. Na próxima seção serão exploradas temáticas que deem conta dessa proposição.

3 Categorizações para análise do construto desenvolvimento sustentável

As categorizações para análise do construto desenvolvimento sustentável serão apresentadas separadamente e, posteriormente, unidas por uma análise integrativa. A nomeação de cada uma dessas categorizações tem como intuito final alcançar uma definição para o desenvolvimento sustentável que seja coerente com os estudos organizacionais.

Em face dessa busca, toma-se o discurso de Morgan (1980) que antecipadamente avisou sobre o fato de os cientistas organizacionais estarem aprisionados em uma série de constrições equivocadas a respeito do *status* ontológico da realidade social e da natureza humana, e, em razão dessa realidade, percebe-se a necessidade de se adotar uma perspectiva mais cosmopolita nas teorizações organizacionais, buscando alcançar avanços efetivos.

Gladwin, Kenelly e Krause (1995) concordam com Morgan (1980) ao afirmarem que o domínio organizacional, para tratar dos problemas relacionados ao desenvolvimento sustentável, está isolado e fraturado por uma profunda crise epistemológica provocada pela simples ação de dissociar a humanidade (com suas respectivas organizações) do restante da realidade, também amparada pelo mundo natural.

No intuito de averiguar tais críticas, foram investigadas algumas categorizações para análise do construto desenvolvimento sustentável. Sabe-se da existência de inúmeras delas, mas, para que a viabilidade do presente estudo fosse garantida, optou-se por três contribuições específicas, sendo elas: as correntes paradigmáticas abordadas por Gladwin, Kenelly e Krause (1995), a análise conceitual de Mebratu (1998) e a estrutura semântica do termo conferida por Lélé (1991) e Fergus e Rowney (2005), as quais são abordadas em sequência.

3.1 As correntes paradigmáticas abordadas por Gladwin, Kenelly e Krause (1995)

Gladwin, Kenelly e Krause (1995), em uma tentativa de estabelecer um paradigma que viabilizasse o tratamento do desenvolvimento sustentável por abordagens organizacionais, realizaram um exercício comparativo entre três correntes, sendo que duas delas, o tecnocentrismo e o ecocentrismo, são abordagens extremamente opostas, enquanto que a terceira, o *sustaincentrism* (paradigma centrado na sustentabilidade), representa uma proposição de compreensão de mundo mais flexível e aberta. Essas correntes paradigmáticas, sintetizadas por Gladwin, Kenelly e Krause (1995) são apresentadas com maiores detalhes a seguir:

- **O tecnocentrismo.** As origens deste paradigma podem ser remetidas à revolução científica do século XVII, com a emergência de uma teoria social liberal, da racionalidade da mão invisível proposta por Adam Smith e da tendência de privilegiar os seres humanos sobre a natureza. Essa perspectiva ainda se faz dominante contemporaneamente, uma vez que suas proposições são mais convidativas aos sistemas econômicos e aos modelos de gestão organizacionais.
- **O ecocentrismo.** Os adeptos deste paradigma provêm de uma filosofia que apregoa um estilo de vida que se conforme com a ordem da natureza, com a reverência ao planeta, assim como os movimentos transcendentalistas e preservacionistas. Esse paradigma é marcado por uma ecologia profunda, a qual rejeita qualquer dominação humana sobre a natureza.
- **O *sustaincentrism*.** A noção de um paradigma interessado com o desenvolvimento sustentável pode ser compreendida como um esforço dialético. Embora os paradigmas tecnocêntrico e ecocêntrico possuam uma longa história, o paradigma da sustentabilidade ainda é embrionário. A articulação de um olhar de mundo centrado na sustentabilidade deve ser vista como uma tentativa de se buscar uma reconciliação entre posições científicas tão radicais.

É possível vislumbrar que tanto o tecnocentrismo quanto o ecocentrismo falham em

oferecer uma base sobre a qual o desenvolvimento sustentável possa ser investigado. Ambos os paradigmas, ao promoverem suas premissas por métodos radicais e isolados, não conseguem sequer promover o desenvolvimento e, muito menos, preservar a natureza (GLADWIN; KENELLY; KRAUSE, 1995).

O paradigma centrado na sustentabilidade assume uma responsabilidade de articular o conhecimento e as discussões por uma abordagem interdisciplinar, por meio da qual deve ser estabelecido um diálogo entre essas duas fortes perspectivas científicas e operacionalizado um modelo que melhor entenda e promova o desenvolvimento sustentável.

3.2 A análise conceitual de Mebratu (1998)

Desde que a definição do desenvolvimento sustentável concedida pela World Commission on Environment and Development (WCED) – abordada posteriormente neste artigo – em 1987 se popularizou, inúmeros esforços têm sido realizados por diversos grupos de pesquisa, organizações e movimentos sociais com o intuito de capturar a verdadeira essência deste conceito. Embora seja uma tarefa complexa dar conta de todas as definições, Mebratu (1998) as categorizou em três versões principais: a versão institucional, a versão ideológica e a versão acadêmica. Todas mais bem exploradas em sequência (MEBRATU, 1998):

- **Versão institucional.** Esta versão se preocupa em analisar definições concedidas por instituições tais como a WCED, o *International Institute of Environment and Development* (IIED) e a *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD). Os adeptos desta versão consideram que a comparação das definições concedidas por tais instituições participam de uma mesma essência, a de se preocupar com a satisfação das necessidades. Esta versão, em síntese, afirma que um crescimento econômico saudável, responsável e limpo ainda é o principal desafio para um desenvolvimento efetivamente sustentável.
- **Versão ideológica.** Predominam nesta versão as ideologias clássicas tais como teoria da libertação, o feminismo radical e o marxismo. Inseridos nesta versão estão

os movimentos ecofeministas, ecossocialistas e ecoteológicos. O ecofeminismo é considerado como a conjuntura conceitual que une os quatro pilares da teoria da libertação: aqueles relacionados às opressões de gênero, raça, classe e natureza. O ecossocialismo é alicerçado na afirmativa de que um desenvolvimento sustentável e ecológico jamais poderá ser alcançado por meio de ações inseridas em um sistema capitalista. A ecoteologia fundamenta-se na crença de que a humanidade ignorou a importância dos patrimônios ecológicos em suas tradições religiosas.

- **Versão acadêmica.** Na versão acadêmica, as concepções econômicas, ecológicas e sociológicas refletem a responsabilidade da comunidade científica diante do desafio da crise ambiental. Os economistas, por consequência da abordagem neoclássica dominante, querem transformar o ambiente em uma *commodity* para que assim ele possa ser analisado em termos monetários. Para os ecologistas, duas premissas precisam ser identificadas para o acontecimento da sustentabilidade: primeira, a natureza, se não invadida, é um sistema auto-organizado que se transforma e responde a diversas condições quase estáveis; segundo, os seres humanos dependem desse sistema pela necessidade de suprimento de alguns recursos para a produção de alimentos e demais artigos de uso imprescindível para a humanidade. A sociologia se aproxima das contribuições da ecologia.

Existe um “pré-conceito” concedido à versão acadêmica. Redclift e Benton (1994) consideram que, por promover a interdisciplinaridade tão aceita em relação ao desenvolvimento sustentável, ela pode ser a culpada por essa miscelânea de definições equivocadas encontradas em diversos trabalhos científicos. Os mesmos autores consideram que essa versão possui fundamentações epistemológicas reducionistas, traduzidas por suas proposições equivocadas.

Já Tryzna (1995) não hesita em dizer que a fonte dessa discriminação está no fato de cada abordagem racional participar de um movimento radical próprio, por meio do qual existe uma tendência de se menosprezar as demais abordagens ao qualificá-las como

reducionistas e fracas. Para o autor, cada abordagem assume, consciente ou inconscientemente, a tentativa de obrigar a sociedade a aceitar suas proposições como uma verdade inquestionável.

3.3 A estrutura semântica do termo conferida por Fergus e Rowney (2005) e Lélé (1991)

Este modelo se preocupa em investigar as raízes semânticas do termo ‘desenvolvimento sustentável’ uma vez que esse exercício auxilia a explicar os entendimentos contraditórios referentes a essa expressão. Lélé (1991) nota que o termo é interpretado de maneira inconsistente, assim como um crescimento sustentável, ou como uma forma de mudança social que, junto aos objetivos desenvolvimentistas atuais, tem o objetivo adicional de alcançar uma sustentabilidade ecológica.

Embora Fergus e Rowney (2005) discordem quanto a algumas etapas oferecidas por Lélé (1991) em referência ao processo de estruturação semântica do termo ‘desenvolvimento sustentável’, eles não se contrariam. Resumidamente esses autores partem do princípio que a soma das palavras sustentar (conservar ou prorrogar) e desenvolver (partir de resultados anteriores ou transformar o uso de algo) formam a expressão ‘desenvolvimento sustentável’ (manter os resultados passados ou transformar o uso dos recursos). Esse termo, para os autores, representa a direção futura do progresso humano, por meio de processos que ativem três esferas principais: a economia, a ecologia e a sociedade. Quando a economia se alia à ecologia, o desenvolvimento sustentável é aceito como um objetivo e definido como um meio para o progresso humano, por uma abordagem integrativa e inclusiva para as gerações contemporâneas e futuras. Quando as perspectivas ecológicas se somam às sociais, o desenvolvimento sustentável é assumido como um fenômeno processual e entendido como um discurso que integra conhecimentos, filosofias e ferramentas de mensuração altamente eficazes. Se colocado sob uma lente amparada pelo paradigma dominante (tecnocentrismo) o desenvolvimento sustentável como objetivo é interpretado como um crescimento sustentável, enquanto que, como processo, é interpretado

como um debate sobre os processos científicos e as metodologias, nos quais o sucesso é mensurado por retornos financeiros, tidos como referências para a tomada de qualquer decisão (FERGUS; ROWNEY, 2005; LÉLÉ, 1991).

Em sequência, realiza-se uma análise que integra as posturas epistemológicas previamente discutidas e as categorizações analíticas abordadas.

4 Uma análise entre as posturas epistemológicas e as categorizações para análise do construto desenvolvimento sustentável

Nesta seção será estabelecida uma análise integrativa entre as três posturas epistemológicas abordadas no item 3 e as três categorizações analíticas do desenvolvimento sustentável, para que assim se estabeleça o que se espera do significado em investigação.

O tecnocentrismo falha gravemente em um possível relacionamento com o desenvolvimento sustentável. Suas argumentações desassocia patologicamente ou repreendem categoricamente muitos componentes críticos dessas discussões, os quais são de extrema importância para a manutenção da vida no planeta. Por suas proposições, os tecnocêntricos se isolam e impedem qualquer tipo de ligação com as premissas do desenvolvimento sustentável. Esse paradigma falha em se relacionar adequadamente com questões vinculadas a uma justiça intergeracional, intrageracional e interespecies. De maneira um tanto arrogante, suas pesquisas depositam falsas esperanças sobre um futuro incerto. Finalmente, apesar de produzir riquezas materiais e poder para uma minoria privilegiada, ele ampara um sistema que produz riscos e ameaças que poderão complicar o futuro de todas as comunidades humanas (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995).

Fergus e Rowney (2005), ao discorrerem sobre esse paradigma dominante e sobre a representação das organizações, admitem que o lucro, por si só, não é o problema, e os processos econômicos, em si, criam benefícios para a sociedade. Porém, quando estes tomam lugares de relevância junto aos procedimentos e estruturas políticas, ambos alicerçados em uma racionalidade instrumental, aí sim gera-se uma parcialidade influenciável por lucros financeiros e interesses pessoais. Os

próprios autores afirmam que uma epistemologia fundamental dentro da qual operam governos, organizações e sociedade possui uma parcialidade, uma vez que a racionalidade econômica prioriza a mensuração monetária da ética de valores.

Gladwin, Kenelly e Krause (1995) finalizam o debate ao admoestarem que, se realmente deseja adotar o desenvolvimento sustentável como um princípio organizador, a sociedade, logo, deve admitir que o paradigma tecnocêntrico se torna um paradigma em crise. A partir de uma perspectiva dialética, o tecnocentrismo apresenta uma série de contradições, como incentivos a metodologias políticas que privilegiam poucos e ameaçam muitos e o uso de modelos de gestão inconcebíveis para um desenvolvimento sustentável. Essas inconsistências são simultaneamente razões de destruição e de reconstrução do paradigma, o qual, segundo os autores, precisa reexaminar as fundamentações que o regem.

O tecnocentrismo, por seus alicerces e por suas críticas, relaciona-se ao positivismo, epistemologia também presente na versão institucional exposta por Mebratu (1998). Essa interligação se confirma pelo fato de os adeptos desta versão defenderem que o crescimento é tarefa indispensável para as organizações alcançarem o desenvolvimento sustentável, porém, eles defendem a valorização de estratégias de maior valor adicionado aos produtos, para que se reduza a quantidade de recursos naturais e energia consumidos nos processos produtivos.

O paradigma ecocêntrico diminui demasiadamente a representação do ser humano, ao ignorar relacionamentos fundamentais que garantem a segurança da humanidade e a integridade ecológica do planeta. Suas contribuições estão inseridas em níveis filosóficos que não podem ser efetivamente implementados nas condutas humanas. Apesar de sua atratividade ideológica e admiráveis intentos, assim como o tecnocentrismo, o econcentrismo possui contradições internas como a tendência de desvalorizar demasiadamente a representatividade do ser humano para com a sociedade e, bem por isso, falha em integrar diferentes culturas, e estas, a natureza (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995).

Stead e Stead (2000) argumentam que uma sociedade, já que organizada como tal,

deveria ter metas orientadas para um desenvolvimento que sustentem valores preocupados em refletir o valor do progresso nas relações humanas, na preservação dos ambientes naturais e desenvolvimentos que contribuam para melhores condições de vida dos seres humanos. Estes, para o paradigma ecocêntrico, importam pouco. Fergus e Rowney (2005) comentam que, muito mais prejudicial que os seres humanos, é a dominação da epistemologia social por uma racionalidade econômica, pois é essa estrutura que enfatiza os ganhos individuais. O benefício para a sociedade, de acordo com o paradigma dominante, é um efeito consequencial dos ganhos individuais. Por essas admoestações, acredita-se que a representatividade humana para o alcance do desenvolvimento sustentável deve ser mantida como relevante.

O paradigma ecocêntrico, por negar toda e qualquer visão realista e por se desvincular de qualquer interesse relacionado a uma perspectiva ontológica mais real, assume uma epistemologia construcionista, também implícita a versão ideológica proferida por Mebratu (1998). Em verdade, o construcionismo defende o papel do ser humano como portador de uma mente ativa para a construção do conhecimento, mas fica aquém da hermenêutica filosófica, que tem o sujeito como participante e influenciador do processo.

O *sustaincentrism* explora uma dimensão na qual os monismos tecnocêntricos e ecocêntricos devem ser rejeitados em favor de um pluralismo moral. Esse paradigma é observado pelos tecnocêntricos como radical, ingênuo e utópico. Mas não radical, modesto e transformativo o suficiente para resolver a crise ecológica aos olhos dos ecocêntricos. Essas considerações são rejeitadas pelos adeptos do paradigma centrado na sustentabilidade, por acreditarem que elas levam a um engessamento epistemológico e teórico, ou seja, a um pragmatismo indesejado. Seus pesquisadores acreditam que esse corpo paradigmático transcende e desbanca os demais paradigmas de uma só vez, ao negar o que é visto como disfuncional pelo tecnocentrismo e rejeitar a preservação de polos discursivos alienados proposta pelo ecocentrismo. O *sustaincentrism* é alicerçado, portanto, na premissa maior de que o desenvolvimento humano, por vias sustentáveis é algo desejável (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995).

Esse paradigma aceita a contribuição das organizações, mas por uma ótica diferente da utilizada pelos tecnocêntricos. Para ele (*sustaincentrism*) as responsabilidades organizacionais devem incluir uma atuação por uma abordagem responsável com os termos ambientais e sociais, por meio dos quais a geração de riqueza não seja encarada como um fim em si mesma. Em síntese, as organizações devem auxiliar o desenvolvimento estrutural das sociedades com valores mais inclusivos, oriundos de um balanceamento de contribuições vindas de uma epistemologia simultaneamente instrumental e intuitiva (FERGUS; ROWNEY, 2005). Esse paradigma defende a interdisciplinaridade, logo adere aos princípios da versão acadêmica proposta por Mebratu (1998). Por ser interdisciplinar, sua postura epistemológica tende a ser pluralista e conflitante, uma vez que aborda a necessidade de oferecer explicações causais aos fenômenos sociais (positivismo), considera a importância da evolução histórica desses fenômenos (identificação empática), por abordagens que sejam objetivas em resolução, mas subjetivas em compreensão (fenomenologia), as quais tenham o indivíduo como participante e integrante do processo (hermenêutica filosófica) e que aceite a realidade de o ser humano ter a ciência de todos os fatos sociais que o circundam (construcionismo social).

Em verdade, esse paradigma é o que mais depende da estrutura semântica oferecida pela interligação das contribuições de Lélé (1991) e Fergus e Rowney (2005). A análise semântica desses autores obedece à reconstrução racional do conhecimento científico por meio da análise semântica apregoada pelos positivistas; valoriza o conhecimento histórico tão relevante para os interpretativistas da identificação empática; admite que o significado de uma palavra ou enunciado é dependente do contexto no qual é utilizado assim como os sociólogos fenomenologistas; entende que a compreensão é uma condição do ser humano, participativa, convencional e dialógica e, por isso, adepta às proposições da hermenêutica filosófica; e, enfatiza que o mundo é simultaneamente descrito e explicado assim como para os construcionistas sociais.

Os outros paradigmas também necessitam dessa estrutura semântica, mas por

sua ampla contribuição importa mais ao *sustaincentrism*. No entanto, para uma definição em que se vinculem as abordagens organizacionais, observa-se a necessidade de se mesclar as raízes semânticas propostas por Fergus e Rowney (2005) e Lélé (1991). Percebe-se que o desenvolvimento sustentável para uma organização é tanto um objetivo quanto um processo, ou seja, é uma meta maior constituída de inúmeros passos menores a serem alcançados em prazos específicos. Se o fenômeno (desenvolvimento sustentável), enquanto objetivo, relaciona economia e ecologia e, enquanto processo, interliga ecologia e sociedade, enquanto meta organizacional vincula economia, ecologia e sociedade.

Por meio de toda essa análise conferida até o momento, considera-se que se chegou à qualificação que melhor expressa o conteúdo do significado do termo 'desenvolvimento sustentável' para que ele ganhe contornos que melhor o aproximem de ser um fenômeno de investigação dos estudos organizacionais. Na busca por um conceito para o termo 'desenvolvimento sustentável', pode-se dizer que o que se procura é uma definição que dê conta de colocar o paradigma tecnocêntrico em diálogo com o paradigma ecocêntrico, por meio das proposições apresentadas pelo *sustaincentrism* (GLADWIN; KENELLY; KRAUSE, 1995). Também se espera por um significado que valorize a instrumentalidade da versão institucional e as ideologias da versão ideológica, ambas unidas pela interdisciplinaridade da versão acadêmica (MEBRATU, 1998). E, finalmente, que consiga tratar o desenvolvimento sustentável junto ao contexto das organizações como objetivo e processo, e que ressalte a importância da relação entre as partes e o todo, e da relação entre o todo e o ambiente (FERGUS; ROWNEY, 2005; LÉLÉ, 1991; MEBRATU, 1998). Um conceito que responda a todas estas premissas é apresentado no tópico seguinte.

5 O conceito de desenvolvimento sustentável

Encontrados os alicerces epistemológicos, a posição paradigmática e as relações que importam para a aquisição de um significado do termo 'desenvolvimento sustentável' de modo que possibilite tratá-lo dentro de

abordagens organizacionais, cabe apenas a tarefa árdua de encontrá-lo.

Mas antes uma pergunta instigante: por que não somente aceitar o conceito comum adotado pela Comissão de Brundtland? A resposta exige a apresentação de tal conceito: segundo relatório apresentado em 1987 na WCED, documento este organizado pela Dra. Gro Harlem Brundtland e sua comissão, o desenvolvimento sustentável é compreendido como aquele que não compromete a sobrevivência das gerações futuras por meio da exploração responsável dos recursos naturais no presente (WCED, 1987). Esse conceito, embora merecedor de todos os reconhecimentos, uma vez que foi um dos responsáveis pela disseminação mundial do termo, é muito criticado e combatido por pesquisadores de diferentes áreas. De acordo com Fergus e Rowney (2005), esta definição não é nada mais do que ambígua, pois retira o foco do que realmente precisa ser feito por meio de um discurso inclusivo, e coloca as prioridades mundiais em simples processos técnicos. Os autores consideram que essa definição é a responsável por inviabilizar o agir em relação ao alcance do desenvolvimento sustentável, já que houve uma opção de se continuar com ações limitadas a esforços políticos impregnados por inúmeros conflitos e por uma tecnocracia dogmática incapaz de abrir os olhos das nações para novas proposições do funcionamento econômico em vigência.

Para Ralston Saul (2001) a definição de um termo é concebida com o intuito de que as ideias sejam esclarecidas, e que os seres humanos sejam libertados para ações mais coerentes; mas o que se observa na sociedade, em relação ao conceito de desenvolvimento sustentável, é que ele se tornou um meio de controle e um método forte para retrain forças reacionárias.

Com a ideia de combater a definição de 1987, inúmeras foram as denominações alternativas ao termo que surgiram, mas todas elas representando uma tentativa de conceder novo nome a um mesmo fenômeno. A imprecisão do conceito desse termo, somada com sua respectiva importância nas políticas nacionais, internacionais e organizacionais levou a uma grande batalha política a respeito de quanto as gerações futuras poderiam afetar o desenvolvimento das gerações contemporâneas. Essa realidade resultou em

uma grande variedade de definições distorcidas, todas elas criticadas por pressões sociais e institucionais (MEBRATU, 1998).

Entende-se assim, de acordo com Fergus e Rowney (2005) que a oportunidade para se definir coerentemente o desenvolvimento sustentável, ou seja, como um fenômeno de análise inclusivo em propostas e integrador em processos, uma mudança epistemológica precisa ocorrer nos processos cognitivos de geração do conhecimento. Esta é a ideia defendida por este artigo e, por consequência das premissas levantadas ao longo de todo este estudo, chegou-se à consideração de que o conceito que se vincula intensamente aos contextos organizacionais foi concedido no artigo *Shifting paradigms for sustainable development: implications for management theory and research* escrito por Gladwin, Kenelly e Krause (1995).

Esses autores definem o desenvolvimento sustentável como o processo que objetiva o desenvolvimento humano por ações de inclusão, integração, igualdade, prudência e segurança. A inclusão implica o desenvolvimento humano dentro de um determinado período de tempo e em um certo espaço. A integração admite a existência de uma interdependência entre as esferas ecológicas, sociais e econômicas. A igualdade busca uma justiça intergeracional, intrageracional e interespecies. A prudência investiga os meios de cuidados e prevenção em referência aos atos tecnológicos, científicos e políticos. E a segurança demanda proteção contra ameaças crônicas e contra acontecimentos nocivos (GLADWIN; KENELLY; KRAUSE, 1995). Cada parte desse conceito é mais bem explorada no quadro 3.

Inclusão	A compreensão da dimensão humana da sustentabilidade deve abordar as forças que provocam as transformações globais ambientais e antropogênicas: aumento populacional, crescimento econômico, inovações tecnológicas, instituições políticas e econômicas, atitudes e crenças sociais. A sustentabilidade, portanto, precisa ir além de uma eficiência ecológica e buscar uma suficiência social.
Integração	A sustentabilidade requer que a compreensão dos problemas mundiais ocorra de maneira sistêmica e interdependente. O conceito de desenvolvimento sustentável deve basear-se no reconhecimento de que uma nação, instituição e organização não pode alcançar seus objetivos econômicos, sem que preocupações sociais e ambientais sejam levadas em conta, assim como acesso universal à educação, oportunidades iguais a todas as camadas sociais, acesso aos serviços de saúde para todos, acesso justo aos recursos de sobrevivência, e uma base de recursos naturais sustentável.
Igualdade	Os imperativos morais das igualdades intrageracionais e intergeracionais não podem ser encontrados empiricamente, e, sim, intersubjetivamente. A ausência de critérios objetivos leva o estudo da sustentabilidade para um caminho da ciência normativa, pela qual as regras serão discutidas por meio da confrontação de crenças pessoais e debates morais. Em suma, as atividades humanas não devem promover custos ambientais e apropriar-se de recursos naturais sem justificativas plausíveis.
Prudência	Muitas análises reivindicam prudência e humildade nos processos de alcance ao desenvolvimento sustentável, dada a massiva incerteza, imprevisibilidade, a não linearidade entre os componentes do sistema, limites desconhecidos e as dinâmicas complexas dos sistemas sociais e ecológicos. Esse quadro da realidade demanda precaução, preempção, proteção, ações reversíveis, margens de segurança e preparo para acontecimentos inesperados.
Segurança	No mínimo, a sustentabilidade prevê a não perda de (a) sistemas sociais e ecológicos saudáveis (capacidades dos sistemas naturais e sociais de proverem suportes essenciais a vida humana; (b) capital natural crítico (estoques de recursos naturais incapazes de serem repostos, tal como diversidade biológica, a camada de ozônio e os ciclos bioquímicos); (c) auto-organização (capacidade dos sistemas de seres vivos a continuarem ou a se renovarem, automanutenção e autotransformação, os quais proveem o contexto para todas as atividades humanas); (d) capacidade de suporte (capacidades dos sistemas biofísicos e sociais de suportarem os impactos físicos das empresas); e, (e) liberdade humana (uma sociedade civil, com democracia e plena atenção aos direitos humanos, participação social, transparência contábil, reciprocidade e transparência), além do suprimento das necessidades básicas dos seres humanos.

Quadro 3 – Uma melhor exploração do conceito de desenvolvimento sustentável

Fonte: elaborado pelos autores a partir das proposições de Gladwin, Kennelly e Krause (1995).

Introduzido o conceito, resta a escolha de uma teoria organizacional que viabilize sua introdução junto aos estudos organizacionais. Esta análise é feita no próximo tópico.

6 A teoria do agir organizacional

Como verificado nas seções anteriores, o conceito concedido ao desenvolvimento sustentável, enquanto fenômeno de análise junto às organizações, exigiu antes a explanação das possíveis posturas epistemológicas a serem assumidas, bem como a apresentação de três categorizações analíticas do termo. Ao longo dessas análises, ficou claro que o filtro para o significado esteve centrado no *sustaincentrism*, uma vez que esse paradigma assume uma identidade acadêmica interdisciplinar, como foi exposto no item 5.

Com o intuito de validar a vinculação do conceito apresentado no item 6 com os estudos organizacionais, introduz-se a teoria do agir organizacional. Desde já ressalta-se que a escolha dessa teoria não foi aleatória, mas sim realizada após a análise de uma série de abordagens teóricas, amplamente divulgadas e debatidas em estudos organizacionais, que não caberia no escopo deste trabalho. Além disso, conforme demonstrado a seguir, Maggi (2006) fundamenta sua teoria em consagrados clássicos dos estudos organizacionais.

Maggi (2006), o representante maior dessa proposição teórica, afirma que o processo de construção de uma teoria é apoiado em teorias já existentes, das quais a que está em construção se utiliza ou retrabalha conceitos e

proposições e diferencia-se das outras teorias. Por ser concebida dessa maneira, ela se situa segundo uma perspectiva, uma maneira de ver, em outras palavras, ela exprime uma opção epistemológica.

A epistemologia da teoria do agir organizacional rejeita o positivismo e o antipositivismo. Assume como base de suas contribuições a terceira via indicada por Max Weber (*apud* MAGGI, 2006).

Para Weber as ciências históricas e sociais são caracterizadas por uma orientação em direção da singularidade; elas devem antes de mais nada compreender o sentido dos eventos humanos, mas essa compreensão não é mais um ato de intuição imediato, uma simples participação empática; ela exige uma validação racional e subjetiva, a reconstrução dos elementos do agir em seu contexto de significação. (MAGGI, 2006, p. 18).

Logo, a teoria do agir organizacional é tanto uma teoria do agir social quanto uma teoria do agir racional. O agir social indica um agir do qual o sentido intencionado, de um ou mais sujeitos, se dirige ao agir de outros sujeitos. Assim, o agir organizacional concerne tanto aos processos de ação de um sujeito singular quanto aos processos de ação coletiva e, por outro lado, que todo processo organizacional está em relação com outros processos. O agir racional valida a ideia de que o agir organizacional ordena as ações do processo em direção a um objetivo perseguido, mas esse agir racional é intencional e limitado como a razão humana (MAGGI, 2006). No quadro 4, constam as influências teóricas dessa teoria.

Max Weber	A epistemologia weberiana considera a compreensão como o ponto de partida da análise científica; contudo ela exige que se proceda a uma explicação do agir social sobre bases empiricamente verificáveis, às quais a compreensão possa se referir para não naufragar no arbitrário. A compreensão concerne ao sentido da ação; a explicação serve para dar conta da dimensão causal – em causalidade adequada – das condições empíricas da ação. Segundo essa abordagem, a avaliação da possibilidade objetiva das relações causais entre as ações ou os eventos individuais ao longo de um processo se apoia sobre a comparação dos processos reais com processos de ação hipotéticos idealmente construídos.
Pareto e Barnard	Para Pareto, a classe das ações lógicas, aquela guiada por uma racionalidade objetiva, constitui apenas uma parte marginal do agir humano, sendo a maior parte composta por ações não-lógicas. Encontra-se em Barnard a mesma concepção da ação quando ele fala do equilíbrio da organização: os indivíduos não participam da organização com base apenas em cálculos econômicos. De modo mais geral, pode-se dizer que a existência da organização formal se apoia sobre a tendência natural dos indivíduos a cooperar. Um sistema cooperativo se define para Barnard como um conjunto de componentes físicos, biológicos, pessoais e sociais que estão numa relação específica graças à cooperação de duas ou mais pessoas para um ou mais fins. Na obra de Barnard, encontra-se sempre uma tensão contínua entre uma concepção do sistema caracterizado por uma tendência à cooperação e a ideia de que um sistema cooperativo durável é sempre governado por processos intencionais de decisão. Desse modo, Barnard acrescenta à referência de Pareto a noção de processo, para caracterizar a ação organizacional, aproximando-se assim da concepção weberiana.
Simon	Construir uma teoria do agir organizacional significa aprofundar o conceito de racionalidade do sujeito agente. Para Simon o processo de decisão se dá segundo a racionalidade intencional e limitada, em que as informações são imperfeitas e, portanto, o conhecimento das alternativas de ação é sempre incompleto; o conhecimento das consequências da ação é fragmentário; as preferências não são perfeitamente ordenáveis e sua variação no tempo não é previsível. Assim, a decisão pode ser, no melhor dos casos, satisfatória. A organização é vista por Simon como um conjunto de programas de ação nos quais os fins que se quer atingir se encadeiam com os meios dos quais se dispõe. Da mesma forma que Barnard, Simon destaca também a importância das comunicações informais, pelo fato de que o processo de ações e decisões se dá numa modificação contínua.
Thompson	Para Thompson, a organização é compreendida como um sistema indeterminado e que enfrenta a incerteza, mas que, ao mesmo tempo, está sujeito aos critérios da racionalidade e, portanto, pede certeza. A tipologia de Thompson considera também as situações em que as preferências dos resultados são incertas enquanto os conhecimentos instrumentais são certos, e aquelas em que são as escolhas dos meios adotados que são incertas, enquanto as preferências dos resultados são certas. Ele abre caminho para a interpretação de todas as situações nas quais certeza e incerteza se mesclam em diferentes níveis de ação e decisão. O que é quase sempre o caso, na realidade organizada.
Touraine	Para Touraine, a organização é um conjunto de atividades geridas para obtenção de objetivos específicos nos quais se reproduzem, com amplas margens de autonomia, relações de dominação presentes na sociedade num dado contexto histórico. As relações de poder interiores e exteriores à organização podem, desse modo, ser interpretadas no quadro de um sistema de dominação mais amplo que provém sobretudo do conflito de classes e que encontra sua legitimidade no sistema político-institucional. Por meio das considerações de Thompson e Touraine, pode-se conceber o agir organizacional como o encontro de três linhas distintas de ação: a ação institucional, através da qual se produzem as relações de dominação legitimadas pelo sistema político-institucional (implica certas escolhas em termos de objetivos de relações de autonomia/dependência do processo organizacional em relação aos outros processos); a ação técnica orientada para a obtenção dos objetivos (no plano exterior, ela toma a forma da trona e no plano interior, a do equilíbrio do processo); e a ação estrutural constituindo o conjunto de regras que ordenam os elementos do processo e suas interdependências com o ambiente.
Reynaud	Para Reynaud nenhum sistema social preexiste a suas regras, nem produz regras às quais os sujeitos tenham que se adaptar. Ao contrário, o ator social, assim como o sistema social, são constituídos pela produção de um processo de regulação que traça as regras do jogo da ação. A ação social é finalizada, no sentido em que produz suas próprias regras e define seus fins. Em direção a essa finalização autoproduzida, a regulação, também ela autoproduzida, guia a ação. Em relação à perspectiva da teoria do agir organizacional, um aspecto importante da proposição reynaudiana diz respeito à racionalidade da regulação social. Longe de ter como objetivo uma maximização qualquer, essa racionalidade pode apenas procurar vantagens satisfatórias e ao longo do tempo, pelo fato de que, por um lado, ela pressupõe um engajamento e um consentimento e, por outro, pressupõe o conflito e a negociação. Ela é, portanto, efetivamente uma racionalidade intencional e limitada.
Giddens	Giddens põe em evidência que a estrutura é teorizada de maneira diferente segundo as diversas escolhas epistemológicas e ontológicas no que tange à relação entre sujeito humano e sociedade. Por um lado, as abordagens funcionalistas e estruturalistas compartilham uma visão de preeminência do sistema social sobre o sujeito humano; por outro lado, as abordagens hermenêuticas, interacionistas e fenomenológicas, destacam a subjetividade do indivíduo e sua experiência singular. No primeiro caso, a estrutura é definida como um modelo de ação pré-determinado ao qual o sujeito é frequentemente sem dele ter consciência; no segundo caso, o sujeito constrói a sociedade, e a noção de estrutura perde sua relevância, chegando até a ser descartada. Por um lado, a discussão epistemológica de Giddens remete à terceira via indicada por Weber e por outro lado, seus conceitos sobre estruturação e dualidade da estrutura ajudam a compreender a relação entre processos de ação e sua auto-organização.

Quadro 4 – As contribuições teórico-científicas que alicerçam a teoria do agir organizacional
Fonte: organizado pelos autores por meio das contribuições de Maggi (2006).

A teoria do agir organizacional, então, exprime uma maneira de ver, de conceder os fenômenos organizacionais. Esse corpo teórico possui uma concepção da organização como agir social, como processo de ações e decisões. Ele não separa a organização dos sujeitos agentes que atuam e desenvolvem o processo. A racionalidade do processo é intencional e limitada. A interpretação abrange a compreensão do sentido do agir e sua explicação em termos de causação adequada no desenrolar do processo ao longo do tempo (MAGGI, 2006).

Por meio das contribuições científicas que alicerçam a teoria do agir organizacional, já é possível afirmar sua essência interdisciplinar, assim como o *sustaincentrism* e o conceito de referência adotado para o presente artigo. Segundo Maggi (2006, p. 41):

Numerosas disciplinas estão envolvidas no estudo dos fenômenos organizacionais; em primeiro lugar, a sociologia, a economia, a psicologia e o direito; enquanto que muitas outras disciplinas se ocupam das realidades organizadas, às vezes, até mesmo sem qualquer referência à reflexão teórica sobre a organização. Isto poderia levar a se considerar a organização como um campo multidisciplinar e como soma de conhecimentos separados. Essa perspectiva parece efetivamente prevalecer no nível da definição institucional dos saberes disciplinares. No entanto, nos fundamentos da teoria do agir organizacional, proposições teóricas sólidas, como as de Weber, Simon ou Thompson, reivindicam explicitamente sua interdisciplinaridade.

Uma vez apresentada essa teoria como a que aproxima e viabiliza a relação entre o conceito de desenvolvimento sustentável proposto e os estudos organizacionais, passa-se para a análise que interligará o significado do termo à teoria do agir organizacional.

7 A relação entre a teoria do agir organizacional e o desenvolvimento sustentável

Como a própria teoria se proclama, antes de qualquer análise existe a necessidade de se compreender a constituição de um agir organizacional. Por meio das proposições de Maggi (2006), é possível compreender que o agir organizacional é um acontecimento macro e conseqüente de inúmeros processos

micros, sendo eles internos e externos à organização. Esses processos, para serem efetivamente realizados, precisam ser compreendidos pelos indivíduos que os realizarão e participarão deles. Essa compreensão é admitida como a ação principal de qualquer procedimento organizacional. O compreender, no entanto, precisa ser comprovado, caso contrário torna-se uma adversidade para toda a cadeia de ações dependentes. Essa validação está relacionada em parte com o empirismo organizacional, mas também se relaciona com a riqueza da subjetividade das relações organizacionais. A causalidade dos relacionamentos organizacionais, portanto, somente acontece pela compreensão das ações individuais, as quais comungam de um espaço organizacional simultaneamente hipotético e real. Entre essa interligação do que existe, ou seja, do que é tangível, e do que se deseja, ou seja, do que é intangível, alcança-se um coletivo de ações organizacionais, traduzido como o agir organizacional.

Sendo a teoria do agir organizacional uma teoria do agir social (MAGGI, 2006), também é imprescindível a compreensão deste agir social. O agir social é emanado por uma humanidade cujas ações são em grande parte não lógicas, ou até mesmo, reflexivas. Essa distância do concreto não classifica o agir humano como irreal, pois é pelos momentos de abstração que se alcançam considerações de como agir ou decidir algo. Decisão e ação são atos findos, mas não finitos, ou seja, a realização destes, ainda que reversível, deixa um histórico, bem por isso almejam ser preferidos por uma certeza indubitável. Certeza, de acordo com essa teoria, nada mais é do que uma incerteza reduzida sobre uma realidade observável, totalmente influenciável pelos indivíduos que procuram estabelecer suas posições de confiança em processos de negociação. Se o processo é influenciável também é conflituoso, e tal conflito, ainda que dentro de uma organização, representa a desordem social de uma dimensão social maior. Considera-se como maior dimensão a sociedade, que, para conter seus conflitos e adversidades, procura por regras, as quais são impostas ou negociadas. As regras, normas e demais meios de regulação são tendenciosos, uma vez que constituem uma ação racional tomada e decidida por alguns indivíduos que

visam a um benefício social ou individual futuro. Essa lógica de ação, qualificadamente complexa, ainda que estruturada com os mais profundos detalhes, é intencional (uma vez que os indivíduos sabem o que querem) e limitada (assim como a razão humana). Essa mesma lógica é compreendida como o agir social.

Definidos o agir organizacional e o agir social, admite-se que não há como definir qual participa de maior relevância. Esses 'agires' são simultâneos e interdependentes. Logo, admite-se que as sociedades estão impregnadas pelo agir organizacional e que as organizações estão infestadas pelo agir social. Um alimenta ou destrói o outro, de acordo com a intencionalidade do sistema e da força da comunicação informal das dimensões sociais. O sistema apenas alia o agir organizacional ao agir social, e vice-versa, quando a cooperação se manifesta nas realidades sociais. A cooperação influencia o poder das ações, que, por consequência, influencia a efetividade das decisões, que, por sua vez, influencia as estratégias organizacionais e os relacionamentos sociais. Por meio desse raciocínio, entende-se quando Ramos (1983) admite que o agir organizacional é um agir social circunscrito.

Nesse contexto, o desenvolvimento sustentável, junto aos estudos organizacionais, pode ser compreendido como um agir organizacional, ou seja, um agir social circunscrito. Trata-se de um fenômeno social com intensa relevância junto às organizações. Ele promove o interesse das organizações em alcançá-lo por vias de regulação ou por pró-atividade. É trata-se de um fenômeno organizacional com elevada importância junto à sociedade. A sociedade passa a exigir mecanismos de gestão orientados para o desenvolvimento sustentável por parte das organizações e as próprias empresas optam por tecnologias sustentáveis mais rentáveis. A teoria do agir organizacional, sendo ela também do agir social, lança em rosto essa complexa rede de raciocínio, mas viabiliza um debate de operacionalização.

O conceito de Gladwin, Kenelly e Krause (1995) integra-se à teoria do agir organizacional, pois Maggi (2006), por meio de suas proposições, assevera que a organização alcançará o desenvolvimento sustentável primeiramente por valorizar a figura humana

com a qual se relaciona (os *stakeholders* internos e externos). Com uma cadeia de relacionamento saudável, a organização observará o desenvolvimento sustentável como uma competência organizacional maior a ser alcançada pelas subcompetências organizacionais identificadas no próprio conceito, sendo elas: inclusão, integração, igualdade, prudência e segurança.

De acordo com Chen e Nakin (2006), as competências organizacionais são amplas, logo descritas em formas coletivas e abstratas, enquanto as subcompetências representam os fatores de suporte das competências, uma vez que são mensuráveis e específicas. O desenvolvimento sustentável em um contexto organizacional, pela lógica das competências, é observado como um construto a ser avaliado, e as respectivas subcompetências que o compõem são as variáveis que propiciarão sua avaliação.

Essa lógica é defendida pelo próprio Maggi (2006), que enxerga, no desenvolvimento de competências organizacionais, a possibilidade de a organização alcançar um patamar aceitável e propício para mudanças, e o desenvolvimento sustentável, enquanto fenômeno de interesse aos estudos organizacionais, requer, acima de tudo, mudanças internas e externas.

Considerações finais

Mediante as já discutidas e analisadas ideias ao longo do texto, cabe aqui destacar as principais. Chegou-se à consideração de que o conceito do termo 'desenvolvimento sustentável' que mais se alinha aos propósitos dos estudos organizacionais foi apresentado por Gladwin, Kenelly e Krause (1995), os quais definem esse fenômeno como um processo que objetiva o desenvolvimento humano por ações de inclusão, integração, igualdade, prudência e segurança. Essa definição foi adotada como referência por acolher em seus propósitos uma integração entre o tecnocentrismo e o ecocentrismo, por meio do *sustaincentrism* (GLADWIN; KENELLY; KRAUSE, 1995); por dialogar com as versões institucionais e ideológicas ao valorizar as contribuições da versão acadêmica (MEBRATU, 1998); e, por defender o termo em perspectiva, simultaneamente, como objetivo e processo, uma vez

que, enquanto meta organizacional, ele alinha em iguais níveis de relevância as esferas econômicas, sociais e ecológicas (FERGUS; ROWNEY, 2005; LÉLÉ, 1991).

Como o *sustaincentrism* é a corrente paradigmática que melhor sustenta o conceito adotado, vale lembrar que este é reconhecido por seu caráter interdisciplinar, logo, tende a assumir uma postura epistemológica pluralista e conflitante, por abordar a necessidade de ofertar explicações causais aos fenômenos sociais (positivismo), considerar relevante as evoluções históricas destes (identificação empática), em abordagens objetivas em resolução e subjetivas em compreensão (fenomenologia), que tenham o indivíduo como participante e integrante dos processos sociais e organizacionais (hermenêutica filosófica) e que aceitem a realidade dos seres humanos estarem cientes quanto aos fatos sociais que os circundam (construcionismo social).

No intuito de suprir a necessidade de alinhar essa complexidade epistemológica, o conceito adotado como referência e os estudos organizacionais, foi observado que a teoria do agir organizacional (MAGGI, 2006) constituía um corpo teórico, comprovadamente interdisciplinar, alicerçado em clássicos da administração, que, por meio de suas principais proposições, leva o desenvolvimento sustentável a ser admitido, nos contextos organizacionais, como um agir organizacional, ou seja, um agir social circunscrito (RAMOS, 1983), possível de ser operacionalizado pela lógica das competências: em que a macrocompetência é o desenvolvimento sustentável, e as subcompetências são as partes que compõem o conceito investigado: inclusão, integração, igualdade, prudência e segurança.

Portanto sugere-se que o construto desenvolvimento sustentável, enquanto fenômeno de interesse aos estudos organizacionais, requer uma postura epistemológica híbrida, próxima à da terceira via adotada como referência para as proposições vinculadas à teoria do agir organizacional apresentada pela vernácula de Maggi (2006). Essa hibridização é considerada como relevante pelos autores deste artigo, pois por ela os pontos de discordância são confrontados a fim de que aperfeiçoamentos epistemológicos sejam realizados. Essa característica dialógica permite

um inter-relacionamento epistemológico, admitido como imprescindível para a compreensão de um fenômeno altamente complexo como o desenvolvimento sustentável.

Referências

- CHEN, H. C.; NAQUIN, S. S. An integrative model of competency development, training design, assessment center, and multi-rater assessment. *Advances in Developing Human Resources*, v. 8, n. 2, p. 265-282, 2006.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: _____. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-42.
- FERGUS, A. H. T.; ROWNEY, J. I. A. Sustainable development: lost meaning and opportunity? *Journal of Business Ethics*, v. 60, p. 17-27, 2005.
- FLICK, U. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GLADWIN, T. N.; KENNELLY, J. J.; KRAUSE, T. S. Shifting paradigms for sustainable development: implications for management theory and research. *Academy of Management*, v. 20, n. 4, p. 874-907, 1995.
- LÉLÉ, S. M. Sustainable development: a critical review. *World Development*, v. 19, n. 6, p. 607-621, 1991.
- MAGGI, B. *Do agir organizacional: um ponto de vista sobre o trabalho, o bem-estar, a aprendizagem*. São Paulo: Edgard Blücher, 2006.
- MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. São Paulo: Atlas, 2007.
- MEBRATU, D. Sustainability and sustainable development: historical and conceptual review. *Environment Impact Assessment Review*, v. 18, p. 493-520, 1998.
- MORGAN, G. Paradigms, metaphors, and puzzle solving in organization theory. *Administrative Science Quarterly*, v. 25, p. 605-622, 1980.
- RALSTON SAUL, J. *On equilibrium*. Toronto: ON, 2001.
- RAMOS, A. G. *Administração e contexto brasileiro: esboço de uma teoria geral da administração*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.
- REDCLIFT, M.; BENTON, T. *Social theory and the global environment*. London: Routledge, 1994.
- SCHWANDT, T. A. Três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006, p. 193-217.
- STEAD, J. H.; STEAD, E. Eco-enterprise strategy: standing for sustainability. *Journal of Business Ethics*, v. 24, n. 4, p. 313-329, 2000.
- TRYZNA, T. C. *A sustainable world*. Sacramento: IUCN, 1995.
- WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT (WCED). *Our common future* (the Brundtland report). Oxford: Oxford University Press, 1987.